

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CONERH

1 No dia 10 de dezembro de 2020, através da plataforma virtual teams, devido à
2 pandemia de Coronavírus, ocorreu à quadragésima sexta reunião ordinária do
3 CONERH. Participaram da reunião os Conselheiros abaixo listados, além de
4 convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: 1. Análise e aprovação das
5 Ata 19ª Reunião Extraordinária e 45ª Reunião Ordinária do CONERH;
6 2. Atualização sobre o Plano de Bacia do Rio Grande e do Rio Corrente;
7 3. Apresentação referente ao instrumento de alocação negociada de água em
8 reservatórios; 4. Indicação de 02 conselheiros, um titular e um suplente, para
9 representação no Grupo de Sustentação para acompanhar o processo de
10 elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (SEDUR); 5. Apresentação
11 do balanço anual das atividades do CONERH; 6. Informes; 7. O que ocorrer.

12 **Miriã Caetano - SECEX** iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, deu
13 boas vindas aos presentes e passou a apresentar os pontos de pauta.

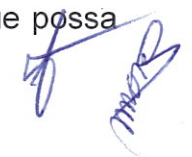
14 **Evilásio Fraga – FAEB** sugeriu a inversão dos pontos de pauta, iniciando a
15 reunião pelos aspectos relacionados a 2021, para aproveitar o quórum, pois
16 existe o calendário e tem um assunto que precisa dar encaminhamento que é a
17 questão da renovação dos Comitês de Bacias, porque era para se dar nesse
18 ano de 2020, mas em função da pandemia esses mandatos foram prorrogados
19 por mais um ano sendo necessário tratar na plenária do CONERH como esse
20 assunto vai ser conduzido, por conta de prazos e também da forma como vai
21 ser feita a mobilização. Então, é um assunto que realmente o Conselho precisa
22 deliberar e dar essa diretriz até para os Comitês se organizarem, pois na última
23 renovação deixou para se discutir em março e foi muito complicado, porque
24 não houve uma preparação com antecedência. Diante do exposto, propõe a
25 inversão de pauta para tratar desse assunto enquanto tem quórum e ao
26 concluir esse assunto daria sequência a pauta da reunião.

27 **Sérgio Bastos - COFIC** complementou que no balanço de atividades onde a
28 SECEX irá apresentar o que ocorreu, o Conselho já estabeleça algumas
29 premissas para o ano que vem nesse item, por essa razão concorda com a
30 inversão de pauta.



31 **Miriã Caetano - SECEX** ponderou que esses pontos que antecederam ao
32 balanço de atividades, não parecem que são pontos que vão levar muito tempo
33 e por essa razão defende a manutenção da pauta na ordem apresentada,
34 procurando aproveitar melhor o tempo, já sabendo que tem no final esse tempo
35 para este ponto. Diante disso, submeteu a inversão de pauta para a votação da
36 plenária, sendo 10 votos a favor da manutenção da pauta da forma que foi
37 apresentada e 02 votos pela inversão da pauta e 01 abstenção. Diante do
38 resultado, iniciou-se a reunião com 1º Ponto da Pauta - Análise e aprovação
39 das Ata 19ª Reunião Extraordinária e 45ª Reunião Ordinária do CONERH.
40 Informou que as atas foram encaminhadas previamente e até aquela data a
41 SECEX não recebeu contribuições, concluindo que os textos da forma que
42 foram encaminhados já atendiam as discussões dessas reuniões. Perguntou se
43 alguém tinha alguma consideração, como não houve manifestação, as atas
44 colocadas em pauta foram aprovadas por unanimidade. Passou-se para o 2º
45 Ponto de Pauta - Apresentação da Atualização dos Planos de Bacias dos Rios
46 grande e Corrente.

47 **Eduardo Topázio - INEMA** informou que está entrando na última fase desses
48 planos de bacias do Oeste, que é um plano bastante aguardado e que foi
49 iniciado em gestões anteriores, em um processo que não houve sucesso,
50 contratos interrompidos e o INEMA conseguiu recursos a duras penas, por ser
51 uma dificuldade muito grande nessa área. Disse, ainda, que a elaboração dos
52 planos de bacias é realmente um esforço muito grande e não é algo que custe
53 pouco para o Estado, que espera tragam benefícios e uma orientação futura
54 muito importante para a gestão das águas nesta região. Essa fase já está
55 começando a planejar as consultas públicas finais do plano, que será de forma
56 virtual, com a disponibilização dos produtos para a manifestação da população
57 em geral da região. Destacou que o INEMA já tem cinco planos de bacias
58 aprovados de 2017 para cá - Verde Jacaré, Salitre, Paso, Recôncavo Sul e
59 Contas recentemente aprovados, além de estar na reta final de abrir processo
60 para começar a contratar os serviços de consultoria para a elaboração do plano
61 do Paraguçu e o Recôncavo Norte. Espera que o INEMA tenha sucesso
62 nesses dois próximos planos e essas consultorias são importantíssimas e
63 fundamentais para a elaboração dos planos, por uma questão muito simples, o
64 Estado não dispõe de estrutura e pessoal diversificado e suficiente que possa



se dedicar. Informou que os planos de Bacias fazem parte da Coordenação de Recursos Hídricos, que só possuem cerca de oito técnicos para atender todo o Estado da Bahia e não só com os planos de Bacias, como também a parte de alocação de águas em reservatórios, que tem como desafio maior a locação setorial por Bacia Hidrográfica, quando há necessidade. Informou ainda que já existem alguns estudos preliminares feitos pela equipe técnica.

Bruno Jardim - INEMA pontuou que esses planos de bacias já tinham sido iniciados há um tempo atrás, em um contrato em 2012/2013, porém houve uma série de problemas: contingenciamento, além de relação entre a empresa com os próprios Comitês e problemas com os produtos. Mas agora foi retomado e os trabalhos tem sido profícuos, inclusive tendo ao longo desse processo a presença desta questão de saúde pública que fez a necessidade de ajustar toda a parte de participação social que era feita sempre de maneira muito direta e em contato com os Comitês. Falou que o INEMA contratou em Julho de 2019 o Consórcio Águas do Oeste (formado pelas empresas Hydros e Engeplus) para elaborar o Plano de Bacias e a Proposta de Enquadramento (PE) dos Corpos de Água da RPGA do Rio Grande e Rio Corrente, incluindo Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho. Disse que em função da Pandemia do Coronavírus, período caracterizado por restrição de mobilidade e afastamento social, foi necessário proceder alguns ajustes nas atividades que envolvem a participação social, mais especificamente a partir de março de 2020. Explicou as 4 fases do trabalho, denominadas: Fase A - caracterizada como fase preparatória, com minuta do plano de trabalho e PMCS com a Câmara Técnica do Comitê e a realização da reunião plenária com a participação do poder público, sociedade civil organizada e usuários da água para deliberação do Plano de Trabalho e Plano de Mobilização e Comunicação Social; Fase B - diagnóstico integrado, com Notas técnicas e oficinas, reuniões setoriais e agendas temáticas, oficinas de diagnóstico e 2ª Reunião Plenária Diagnóstico Integrado; Fase C - prognóstico, compatibilização e articulação, onde ocorreu o prognóstico e consulta pública e reuniões setoriais; Fase D - Diretrizes, metas e programas, com a realização de oficinas alternativas de enquadramento, programa de investimento e manual, oficinas planejamento. Apresentou as atividades desenvolvidas na Fase A e informou que foi concluída com a aprovação pelo CBH Grande e pelo CBH Corrente do Plano de



Trabalho, em Plenária específica de cada comitê em setembro de 2019. Também falou do Diagnóstico Integrado que ocorreu na Fase B. Informou que como primeira etapa da Fase B foram elaboradas 12 Notas Técnicas abordando os seguintes temas: Caracterização do Meio Físico; Caracterização do Meio Biótico, Uso e Ocupação do Solo; Caracterização Demográfica e Condição Social; Estruturação da Economia; Saneamento Ambiental; Caracterização e Disponibilização dos Recursos Hídricos Superficiais; Caracterização e Disponibilidade de Recursos Hídricos Subterrâneos; Qualidade das águas Superficiais e Subterrâneas; Uso e Demandas Hídricas; Disponibilidade Total e Balanço Hídrico; Estrutura Institucional e Legal, Planos, Programas e Projetos e Atores Estratégicos; Análise da Situação dos Instrumentos de Gestão das Águas. Acrescentou que após a elaboração das notas técnicas foram elaboradas as Agendas Temáticas que apresentam a evolução do conhecimento sobre as RPGA, trazendo a síntese do diagnóstico e, na sequência, retomando a análise dos indicadores apresentados inicialmente nas Notas Técnicas. Ressaltou que esses indicadores são tratados de forma especializada, por Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos no Estado - UPGRH, e foram analisados a luz das agendas temáticas, permitindo a definição dos principais temas estratégicos para PRH e para a Proposta de Enquadramento. Explicou que após a finalização do diagnóstico foi elaborado o Diagnóstico Integrado que aborda a integração das leituras técnicas e sociais, com atividades participação social. Mencionou as reuniões de Andamento (RA) que ocorreram entre a SEMA e INEMA, o Consórcio Águas do Oeste e a CTPP do Comitê, possuem caráter técnico, tendo como objetivo analisar tecnicamente os documentos produzidos. Falou que em 2019 ocorreu a caracterização da Bacia com base nas Notas Técnicas, bem como os resultados da disponibilidade hídrica, demandas e balanço hídrico, fevereiro de 2020 foram esclarecidas algumas questões sobre as notas técnicas, discutidas os resultados do balanço hídrico, bem como a apresentação da integração técnica por agenda temática e a apresentação da percepção social, fruto das oficinas de diagnóstico. Na Fase do Diagnóstico Integrado – Atividades participação social as oficinas de diagnóstico tiveram como objetivo coletar informações sobre os problemas, conflitos e potencialidades da região relacionados com as questões sobre recursos hídricos, bem como trazer o



133 conhecimento popular para a elaboração de um planejamento de ações de
134 curto, médio e longo prazo na Bacia Hidrográfica. Foram realizadas em
135 novembro de 2019 com a participação de cerca de 900 pessoas. Explicou que
136 na Fase C do Prognóstico, atividades de participação social, as reuniões
137 setoriais aconteceram em setembro de 2020 com objetivo de ouvir os
138 representantes estratégicos de grupos setoriais sobre: a) principais problemas
139 relacionados com a gestão de recursos hídricos que gostariam que fosse
140 contemplado pelo Plano; b) expectativa de evolução para os próximos 15 anos,
141 destacando as questões de curto prazo (3 anos); c) expectativas e propostas
142 de interesse que deverão ser contempladas no Plano e na proposta de
143 enquadramento. Explicou que agora estão na Fase D, estabelecimento de
144 diretrizes, metas e construção de programas – atividades de participação
145 social, disse que a elaboração do plano e da proposta de enquadramento
146 encontra-se nesta fase. Também falou que as oficinas de planejamento
147 ocorreram em outubro de 2020, e que buscou ouvir os representantes dos
148 grupos setoriais (saneamento, produtores do agronegócio, produtores da
149 agricultura familiar, assentamentos e similares, comunidades tradicionais e
150 sociedade civil atuante na Gestão da Água e Gestão de Recursos Hídricos) e
151 levantar as proposições que a sociedade local apresenta para a solução dos
152 problemas identificados e caracterizados. Informou que a reunião de
153 andamento está prevista para acontecer no dia 10 de dezembro de 2020 para
154 continuação das discussões que envolvem a elaboração da Proposta de
155 Enquadramento. E que a reunião referente a Fase D do plano ainda será
156 agendada. Disse que a consulta pública será realizada em meio virtual e que a
157 plenária final do plano e da proposta de enquadramento ainda será agendada.
158 Esclareceu que na fase final tem uma estruturação propositiva que vai nas
159 duas direções: Plano de Bacia e a Proposta de Enquadramento. O Plano de
160 Bacia mais na questão global e a questão do enquadramento envolvendo os
161 aspectos de qualidade da água, a definição dos padrões que devem ser
162 mantidos ou buscados nos locais onde essa qualidade da água está
163 precisando melhorar e a construção das metas progressistas que também
164 devem ser objetivadas para que possa ir à questão da requalificação. Pontuou
165 que concluída a Fase D será encaminhado aos Comitês de Bacia para que
166 possam ter a plenária onde eles se manifestam a partir do relato da câmara



técnica que acompanhou todo o processo. Sendo aprovada, será encaminhada ao Conselho Estadual. Ressaltou terem tido uma relação muito boa com os Comitês e Câmaras Técnicas, e que eles tem colaborado muito, que tem sido um trabalho de muito dialogo.

Manoel Ailton - Comunidade Quilombola, falou do orçamento que são curtos e dos poucos técnicos para fazerem o acompanhamento dos Planos. Colou que os Recursos Hídricos são tão preciosos e um Plano de Bacia com esse contingenciamento, com essa dificuldade de fazer o mínimo em prol à sustentabilidade. Perguntou se a Câmara Técnica de Educação Ambiental tem acompanhado os Planos de Bacia, por se tratar de um instrumento tão importante para direcionar a questão da governança das águas. Perguntou como se dará os Planos de Bacias feito de forma virtual.

Eduardo Topázio – INEMA chamou atenção de dois aspectos: Primeiro que vivem em um Estado no Nordeste, pobre, e que fazem um esforço. Disse que gosta de deixar claro a existência de uma equipe pequena, porque o serviço público vive de ataque no Brasil como se fossem parasitas e na verdade o que se verifica é que há necessidade de mais recursos para os Estados, e fortalecimento do serviço público. Complementou dizendo que desde 2013 o Governo da Bahia faz esforços e que a partir de 2017 passa a ter sucesso. Falou que o Comitê de Bacia do Salitre foi altamente proativo e positivo. Pontuou que os compromissos não deixaram de ser cumpridos. Esclareceu que o maior desafio não é fazer o Plano, é executar que não cabe exclusivamente a SEMA e INEMA, pelo contrário, o esforço é de incorporação ao planejamento plurianual do Estado.

Bruno Jardim- INEMA destacou o crescimento dos Comitês que passaram pelo processo dos Planos de Bacia. Complementou que o do Salitre é um belo exemplo. Disse que a Bahia é um Estado com os Planos de Bacias construído com grande participação social. Ressaltou que a forma virtual ira possibilitar mais pessoas ainda participando, e não só agregar pessoas da educação ambiental, mas de outras áreas também.

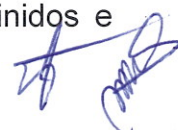
João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da SEMA aproveitou a oportunidade para parabenizar a equipe Recursos Hídricos do INEMA pela apresentação e disse que o Plano de Bacia é extremamente importante e sobretudo quando construído com a participação da sociedade, somatório da



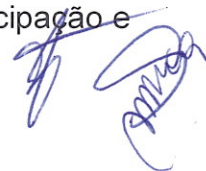
ciência com conhecimento prático. Destacou que sempre tiveram essa preocupação de entender a dimensão do Plano. Quem trabalha na área pública precisa ter em vista o que é ideal e o que é possível, e fazer com que esse possível chegue o mais próximo do ideal. Também é preciso lembrar que está vivendo um momento atípico. E pediu para as pessoas que estão à frente dos Planos de Bacias estimularem cada vez mais a participação social. Dando continuidade à reunião, passou-se para o 3º Ponto de Pauta - a apresentação referente ao instrumento de Alocação Negociada de Água em Reservatórios.

Eduardo Topázio- INEMA, pontuou que o INEMA assumiu recentemente o desafio sobre a questão ligada a alocação de água, que é fazer a alocação em reservatório, e mais desafiador ainda que é fazer a alocação em trechos de rios. Já se tem estudo para região de Utinga, por exemplo, mas nada ainda regulamentado, mas experiências que tem adotado. De maneira prática, o INEMA já faz a alocação no Reservatório de Pedra, que é um Reservatório em tese Federal, esta em um Rio Estadual, mas ligado ao sistema elétrico federal, mas que a ANA solicitou que fosse incorporado na responsabilidade do Estado da Bahia. Disse que é a favor que o Estado assuma a alocação em todos os reservatórios.

Silvia Cristiane Kucharski - INEMA e Rossana Silva - INEMA falaram sobre a Alocação Negociada da Água. Explicaram que a alocação é feita por uma necessidade de resolver os conflitos. Que é um processo de gestão participativo empregado para disciplinar os usos múltiplos em regiões de conflitos, assim como em sistemas que apresentem alguma situação emergencial ou que sofram com estiagens intensas. Trata-se de uma ferramenta participativa, e que são realizadas reuniões nos locais afetados, com presença de órgãos gestores das águas, operadores de reservatório e representantes daquela comunidade, para encontrar soluções e alternativas para atender aos múltiplos usos. Explicaram que todas as decisões são registradas no Termo de Alocação de Água (Resolução ANA nº 46/2020) de forma ajustar as outorgas vigentes e dar transparência ao processo. O Órgão Gestor, o INEMA, tem importante papel como interlocutor entre os usuários e entidades envolvidas, no fornecimento de dados e informações técnicas que são essenciais para melhor tomada de decisão. Já o Marco Regulatório trata-se de um conjunto de especificidades e direcionamentos gerais, definidos e



235 implantados, após discussões com usuários, comitês e órgãos ambientais de
236 uma determinada bacia, para regularizar e aplicar instrumentos de gestão
237 previstos na Política de Águas. Explicaram que o estabelecimento de marcos
238 regulatório se faz necessário em cenários caracterizados como conflituosos,
239 que são desenvolvidos planos estruturais, com levantamento de informações
240 sobre os usos da água, estudos técnicos e ações que também impactam nas
241 decisões de emissão de outorgas. Destacou que a primeira alocação foi feita
242 no Reservatório de Pedra do Cavalo. Que a ANA iniciou e depois o INEMA deu
243 continuidade. Apresentaram a Resolução ANA nº 46, de 26 de outubro de
244 2020, que regulamenta o Termo de Alocação de Água para Sistemas Hídricos
245 com corpos de água de domínio da União, que diz que o Termo de Alocação é
246 um compromisso entre o INEMA e os usuários, com a participação fundamental
247 do Comitê da Bacia. Apresentaram um Panorama das Alocações realizadas
248 pela ANA no Estado da Bahia, a seguir: Bacia do Rio São Francisco –
249 Ceraíma, Mirorós, Zabumão, Poço do Magro; Bacia do Rio de Contas –
250 Anagé, Champrão, Morrinhos, Brumado e Riacho do Paulo, Truvisco,
251 Tremedal, Pedra (até 2018); Bacia do Rio Itapicuru – Andorinhas II; Bacia do
252 Rio Pardo – Alto Prado e Machado Mineiro; Bacia do Rio Verde Grande –
253 Estreito e Cova da Mandioca; Bacia do Rio Vaza Barris – Cocorobó; Bacia do
254 Rio Mucuri -Mucuri. Explicou que o Termo de Alocação é anual e é dividido em
255 fases. Etapa Preparatória onde ocorre a identificação de conflito ou escassez
256 hídrica existente ou potencial; a disponibilidade hídrica; demandas e
257 priorização dos usos; a definição do sistema hídrico (inclusive alternativas),
258 sendo a parte que demanda mais trabalho técnico, proposição de estados
259 hidrológicos. Em seguida falaram da etapa de Validação Institucional que trata
260 do Planejamento junto com o INEMA e o Comitê da Bacia, vistoria que
261 antecede as reuniões públicas locais, após as reuniões públicas é constituído o
262 termo de alocação anual de água, comissão de acompanhamento da alocação.
263 O INEMA disponibiliza Boletim de acompanhamento. Informou que a 1ª
264 Alocação realizada pelo INEMA ocorreu in loco, no ano de 2019, realizada pelo
265 INEMA em parceria com o CBHRC – Jequié, com o Reservatório UHE da
266 Pedra. Apresentou registros da 1ª Reunião de Alocação do Reservatório da
267 UHE da Pedra e informou que a 2ª Reunião ocorreu por teleconferência em
268 função da Pandemia COVID 19 e que para a surpresa teve uma participação e

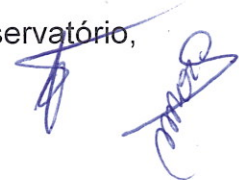


269 debate maior que a primeira. Apresentaram os Estados Hidrológicos do
270 Reservatório da UHE da Pedra, bem como a situação do reservatório da Pedra
271 e dos usos dos recursos hídricos que na última reunião estava com uma
272 situação muito mais confortável do que na anterior. Informaram que o Boletim e
273 o Termo de Alocação de Água ficam disponíveis no site do INEMA, acessar a
274 página, na aba Gestão, e clicar em Alocação de Água. Expuseram os próximos
275 passos que trata da continuidade da Alocação da Pedra, e a Alocação dos
276 sistemas interligados Pindobaçu e Ponto Novo que se encontra na fase de
277 levantamento e análise dos dados disponíveis e em seguida esses dados serão
278 levados para discussão com o comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru.
279 Antecipou que já estão pensando na Alocação da Pedra do Cavalo.

280 **Renato Andrade – CREA/BA** perguntou se já existe um quadro do avanço
281 conquistado dessa alocação do ponto de vista da minimização dos conflitos
282 existentes, e se o poder público participa dessa comissão.

283 **Rossana Silva -INEMA** informou que sim e que já estão observando o
284 resultado. O reservatório da Pedra já vinha no processo de Alocação pela ANA
285 então os usuários já estavam acostumados com essa situação, e os resultados
286 são bastante satisfatórios. Explicou que a comissão é composta por todos os
287 envolvidos.

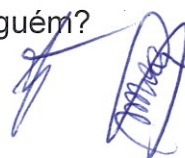
288 **Bruno Jardim - INEMA** complementou dizendo que esse ano percebeu
289 situações que naturalmente retratava a ansiedade das pessoas em função do
290 quadro de poucas chuvas na Bacia, então na hora que foram colocados os
291 cenários, havia um interesse maior do pessoal da CHESF em explorar mais e
292 acabou se criando muita restrição para a CHESF, diminuindo possibilidade dela
293 gerar energia com medo do reservatório não conseguir sair do estado amarelo
294 e avançar na direção do estado verde. Mas com as chuvas que teve esse ano,
295 já tem o reservatório com bem mais água, tendo a necessidade de tomar
296 alguns cuidados de operação para a questão de controle de cheias. Então, o
297 processo mostra que vai aprendendo com a observação cotidiana do sistema.
298 Ressaltou que a construção do Marco Regulatório é progressiva e de
299 construção coletiva. Então a participação do Comitê, dos usuários faz com que
300 percebam a importância de se ter melhor conhecimento do sistema que você
301 quer gerenciar. Então a construção desse marco regulatório que serve como
302 referência para alocação de cada ano em função de como está o reservatório,



303 é também um processo progressivo de construção coletiva, até que se perceba
304 que chegou a uma pactuação/ regramento que seja capaz de fato de orientar
305 as coisas de maneira interessante, não é uma coisa imposta de cima para
306 baixo, mas sim possui uma base técnica, e que é muito importante que todos
307 entendam a importância de participar de forma consciente, porque se tem um
308 reservatório com uma quantidade de água, que precisa chegar ser regradada, a
309 fim de se preparar para que não se faça um uso abusivo e enfrentar um ano
310 seguinte muito complicado. É um processo interessante porque ele mostra a
311 importância para cada usuário dele ser conhecido e estar legalizado, de
312 cumprir regras e de pactuar isso de forma coletiva e isso é um processo que se
313 faz progressivamente, daí a importância da participação do Comitê, que é
314 dentro do Sistema de Recursos Hídricos o ente que tem essa função de dar
315 capilaridade ao processo de gestão. Acredita-se que esse caminho possa
316 ajudar muito também a propor no futuro, algumas intervenções localizadas
317 dentro daqueles grupos de usuários para aperfeiçoamento das suas práticas de
318 consumo, sendo bastante promissora a utilização do processo de alocação em
319 reservatórios e como Topázio muito bem colocou o INEMA está pensando no
320 desafio de fazer a alocação em trechos de rios. Existe uma diferença
321 significativa, porque o reservatório tem a água lá e o trecho do rio quando se
322 vai medindo a vazão em cada trecho/estação tem a água que a natureza
323 produziu, extraída dela a quantidade que as pessoas estão consumindo, sendo
324 assim, um conhecimento mais difícil de usar com a medição e por isso precisa
325 também que cada usuário esteja integrado, é um processo mais delicado, mas
326 que vai ser uma tendência. Colocou para o CONERH que se tem a perspectiva
327 de quem sabe num futuro não muito distante a alocação passa a ser mais um
328 instrumento de gestão que possa ser incorporado nos instrumentos já
329 estabelecidos aqui na Bahia.

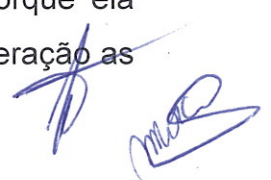
330 **Sergio Bastos – COFIC** perguntou como se tem dentro do processo novas
331 demandas e se as vazões clandestinas foram reduzidas?

332 **Bruno Jardim -INEMA**, esclareceu que geralmente as alocações são feitas em
333 locais onde se tem as demandas beirando ou ultrapassando a disponibilidade.
334 Ainda não se tem informações de alocação em reservatórios que estão com
335 folga. Novas demandas podem ser agregadas com facilidade nesses que tem
336 folga. Os que não têm é possível agregar a possibilidade de mais alguém?



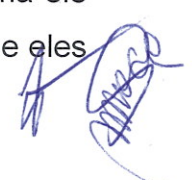
337 Desse outorgado? Disse que ainda não passaram por uma experiência como
338 essa. Mas há de se passar por uma situação que tenha que atender a todos os
339 regramentos existentes e assim a pessoa não pode entrar se não houver
340 disponibilidade.

341 **Eduardo Topázio - INEMA** pontuou que as novas demandas que ocorrem
342 entram na discussão. Obviamente que os critérios de outorga, por exemplo,
343 definem os que são prioritários e a ordem de chegada de processo. Então
344 eventuais novas demandas entram normalmente na alocação. Obviamente, se
345 houver nova demanda em um cenário estabelecido, ela não terá a mesma
346 preferência dos que já estão participando há mais tempo sobre aquela água
347 que está sendo usada naquele momento ali. Tudo isso levando em
348 consideração as variáveis previstas em Lei, o que é prioridade. O importante
349 nesse aspecto é que como é uma alocação negociada e com ampla
350 participação da sociedade civil, e se você olhar a Resolução do Conselho
351 Nacional a importância da participação do Comitê de Bacia, essa nova
352 demanda será discutida lá. Não há uma regra estabelecida em relação a esse
353 aspecto, a não ser as que estão definidas em lei. Sempre é um desafio.
354 Ressaltou que existe isso na realidade, de alguns casos, por exemplo, que é
355 um desafio que vai se enfrentar no caso de Ponto Novo e Pindobaçu, as quais
356 estão na mesma Bacia Hidrográfica, mas que ao mesmo tempo é um dos
357 elementos e uma das demandas de Ponto Novo, por exemplo, é mandar água
358 para Pedras Altas. Pontuou no que se refere ao caso de Anagé, que é de
359 responsabilidade da ANA a discussão é muito grande, trata-se de um
360 reservatório gigantesco e que nunca se definiu essa demanda, o importante é
361 que quando se faz um reservatório, no seu projeto em si já se define as
362 características hidrológicas e suas vazões de remanescentes e um dos
363 desafios maiores em relação às demandas, são justamente essas demandas a
364 jusantes. Como se aumenta a demanda a partir de um dado que tem uma
365 alteração muito grande em relação aos consumos que tem dentro dos
366 reservatórios, são variáveis bastante interessantes de serem discutidas, que
367 podem ser resolvidas com a alocação negociada e com a participação de
368 todos, para não ficar uma posição discricionária do Estado. Ressaltou que
369 novas demandas que apareçam são mais facilmente resolvidas, porque ela
370 aparece independente de ter alocação negociada, levando em consideração as



371 parametrizações legais já pré existentes. Esclareceu no que se refere as
372 captações clandestinas estas não entram na contabilidade, obviamente existe
373 identificação, através dos processos de fiscalização continuada. Ninguém
374 pode estar captando água e todos sabem que água é um bem público e existe
375 uma normatização do Estado que precisa autorizar o uso dela. Reforçou
376 dizendo que a alocação ajuda até o Estado nesse processo fiscalizatório, pois
377 permite que o Estado tome conhecimento in loco de problemas dessa natureza,
378 mas ela não entraria porque é algo irregular, ela tem que ser coibida/punida.
379 Ressaltou o desafio grande para o INEMA que é essa questão de alocação
380 eventual em trechos de rios, onde se tem uma grande quantidade de água que
381 não está regularizada e águas que às vezes são em tese dispensadas pelas
382 regras legais e ao mesmo tempo impacta fortemente nas demandas de áreas
383 do semi – árido. Pontuou que isso é uma forma racional, moderna e civilizatória
384 de discussão com a sociedade de um melhor uso de um bem público que é a
385 água, sempre lembrando do caso de reservatório que tem usuários a jusantes
386 e se observa no caso de Pedra que tem um volume previsto de regularização
387 de rios a jusantes, que é o Rio de Contas, tudo isso termina corroborando.
388 Esclareceu que é da tese que se tem que evoluir fortemente para essas
389 alocações negociadas, exatamente, porque isso resolve preventivamente
390 conflitos, minimizando um potencial enorme de conflitos.

391 **Bruno Jardim – INEMA** complementou que exatamente por conta dessas
392 questões de alguns desconhecimentos, às vezes significativos, é que essa fase
393 de construção do marco regulatório aonde se tem um conhecimento preliminar
394 da situação, colocou-se isso com o Comitê, criou-se a oportunidade das
395 pessoas perceberem a vantagem, delas estarem integradas e serem
396 conhecidas para que não se vá tentar fazer um marco regulatório que se afaste
397 muito de uma realidade que se precisa gerir. Então essa fase de construção do
398 marco regulatório serve de referência para as alocações de cada ano, é uma
399 fase muito importante para que se possa ter uma base verdadeiramente bem
400 próxima da realidade e que as pessoas percebam a importância de estarem
401 conhecidos e defendendo o Sistema. A grande riqueza desse processo é que
402 possa estar mostrando a Sociedade a importância do Comitê, do diálogo, da
403 integração e da regularização dos atores, para que fortalecendo o Sistema ele
404 possa fazer com que eles tenham uma segurança maior do que aquilo que eles



vão pensar em usar naquele ano é compatível com os diversos atores que estão ali colocados e com a realidade que a natureza proporciona a cada ano no final do período das chuvas. Parte dessa construção que a ANA propõe através dessas alocações é que muitos reservatórios construídos no Nordeste pelo DENOX, pela CODEVASF foram construídos a partir de estudos hidrológicos feitos há muito tempo atrás, por métodos que tinham poucas informações e por conta disso resultavam em outorgas que não eram em cima da realidade e por isso a ANA percebeu a importância de sentar, conhecer e melhor estruturar essa gestão e isso tem dado um reflexo razoável.

Manoel Ailton - Comunidade Quilombola pontuou que tem a preocupação com as áreas de recarga desses aquíferos, no caso reservatórios. O que a SEMA e INEMA estão pensando em relação a preservação dessas áreas. Porque tem visto, e não é só aqui na Bahia, é nacional a cultura dos reservatórios sem nenhuma vegetação ao seu redor, não existe um plano de restauração e as pessoas vendando os olhos, não querendo vê a importância de estar preservando esses reservatórios para o futuro. Todos estão pensando apenas em alocar, em retirar, em fazer conchavos políticos com a água, porém não pensam nisso a médio e longo prazo, visto o grande déficit em relação às áreas de recarga não só da Bacia como um todo, mas desses reservatórios. E solicitou que fosse pautada no CONERH essa questão, que não ficasse preso apenas as questões de cunho político.

Eduardo Topázio - INEMA esclareceu que a preocupação de Manoel é válida, e isso tem que entrar em pauta de fato, áreas de recarga não só dos reservatórios Bacias Hidrográficas, mas não entra esses elementos, essas variáveis ambientais diretamente nessa questão específica da alocação, porque o reservatório já é uma intervenção no rio e já se sabe o que é viável. Agradeceu a oportunidade de poder está falando sobre alocação, é um trabalho complexo, árduo e o importante dele é que tem a participação da sociedade na discussão e isso é um avanço na Política de Recursos Hídricos.

Miriã Caetano - SECEX agradeceu a participação da equipe e ressaltou a importância de dar oportunidade a equipe técnica que coloca a mão na massa de vir na reunião fazer a exposição dos trabalhos no Conselho. Passou-se para o 4º Ponto de Pauta, Indicação Conselheiro, titular e suplente, para representação no Grupo de Sustentação para acompanhara processo de



439 Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, pauta apresentada pela
440 conselheira Ana Livia, representando a SEDUR. Esclareceu que existe o
441 Comitê Diretor onde já tem nas secretarias que compõem aqui o CONERH
442 participando e que tem também o Comitê do Grupo de Sustentação onde
443 estaria a representação do CEPRAM, do CONERH e da CIEA. Disse que já
444 verificou que tem a PGE, a SEAGRI, a SECTI, a SIHS, UPB, FIEB,
445 COMCIDADE, FECOMERCIO, Segmento de Catadores de Materiais de
446 Reciclagem, UFBA, IFBA, IAT, FECBAHIA, ALBA, EMBASA. Destacou quem já
447 representa este Comitê, pois como vai partir para a indicação da representação
448 do CONERH é importante saber quem já tem assento nesse Comitê por
449 indicação e pedido já da SEDUR diretamente.

450 **Ana Livia -SEDUR**, ratificou que o CEPRAM e CONERH tem assento apenas
451 no Comitê de Sustentação e que algumas representações que foram indicadas
452 para compor esses comitês que farão parte da elaboração do plano Estadual
453 de resíduos Sólidos, eles fazem parte simultaneamente do CONERH e do
454 CEPRAM, então de repente deixar o espaço para que a representação do
455 CONERH seja alguém que não esteja já elencado nesses fóruns.

456 **Sergio Bastos - COFIC** complementou que existe uma prática entre os dois
457 conselhos quando é pedido esse tipo de representação que se estabeleça,
458 independente de quem vai ser indicado, que quando o CONERH tem uma
459 titularidade se fazia entre a sociedade civil e o segmento empresarial. Que se
460 ficar restrito a esses dois segmentos o que se tem de acordo é que se o titular
461 é da sociedade civil do CONERH, então o titular do CEPRAM é do segmento
462 empresarial, e vice-versa.

463 **Miriã Caetano - SECEX** perguntou se o encaminhamento pode ser desta
464 forma e se alguém se coloca a disposição.

465 **Manoel Ailton - Comunidade Quilombola** se colocou a disposição para
466 participar.

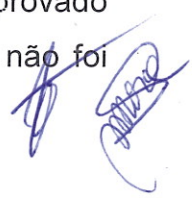
467 **Ana Odália do FBCBH**, também se colocou a disponível para fazer parte
468 deste comitê.

469 **Evilásio Fraga - FAEB**, indicado pelo segmento empresarial, disse que
470 poderia integrar grupo porém, por conta da agenda a FAEB, solicita ficar com a
471 suplência.

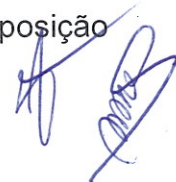
472 **Miriã Caetano - SECEX**, consultou a plenária vez que a Sociedade civil
473 apresentou dois membros interessados. Esclareceu que nesta composição o
474 FBCBH ainda está representando o Governo e que houve uma alteração, que
475 na próxima eleição vai fazer parte da Sociedade civil. Foi colocada em votação,
476 sendo 05 abstenções, 03 votos para Ana Odália e 04 votos para Manoel Ailton,
477 sendo assim a representação da sociedade civil ficou com Manoel Ailton. Foi
478 perguntado se todos concordam que após essa votação, diante do que foi
479 colocado pela FAEB e que assim pode fazer a indicação de titularidade Manoel
480 Ailton representando a Sociedade Civil e a suplência fica com Evilásio Fraga
481 representando o setor empresarial. A plenária concordou, então foram
482 aprovadas as representações do CONERH para participar da elaboração do
483 Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Dando continuidade, passou-se para o 5º
484 Ponto de Pauta - Apresentação do Balanço Anual das Atividades do CONERH,
485 apresentada pelo especialista Samir Felipe - SECEX.

486 **Sérgio Bastos - COFIC** ponderou que como uma prática do Conselho, de
487 sempre sair da reunião com a próxima pauta pelo menos alinhada, então
488 significa que na próxima reunião terão muitos assuntos que vai saber só na
489 convocatória. Então seria uma boa prática do Conselho antecipar a pauta
490 minimamente da próxima pauta e eles devem entrar com prioridade, a menos
491 que existam fatos relevante e que essa questão do Planejamento 2021 deveria
492 estar sendo discutido esse ano, porém não tem como discutir ao meio dia da
493 última reunião do ano. Diante disso, propõe que delibere alguns itens da
494 próxima pauta. Reconheceu que este ano a equipe de Topázio se desdobrou e
495 realmente, trouxe resultado concreto para os Comitês de Bacias e para o
496 CONERH, mas o ponto de pauta que foi colocado no início, os planos de
497 Bacias já viu várias vezes aquilo ali, que é apenas uma divulgação de
498 informações, mas esse não deveria ser um ponto de pauta, em função de todos
499 os outros. Nesse aspecto reivindicou que os conselheiros precisam participar
500 mais contribuindo com a pauta

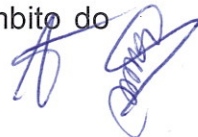
501 **Samir Felipe - SECEX** esclareceu que na verdade o ponto de pauta é um
502 balanço das atividades, que é uma obrigação regimental que a SECEX tem de
503 fazer na última reunião do ano, mas no decorrer da apresentação vai ser
504 percebido que se fez um levantamento do planejamento que foi aprovado
505 anteriormente, o que foi cumprido, o que está encaminhado e o que não foi



506 iniciado, então pode aproveitar nesse momento e definir de fato um a
507 prioridade para a primeira pauta do ano, assim como a data desta reunião.
508 Informou que a ideia foi trazer um balanço das atividades que foram realizadas
509 no período de 2019/2020, principalmente, pela atipicidade de 2020 que só teve
510 atividades do meio do ano para cá, então esta apresentação tem a finalidade
511 de prestar contas do que conseguiu cumprir dentro desse planejamento.
512 Informou que neste período, foram realizadas 11 reuniões plenárias entre
513 ordinárias e extraordinárias, e 16 reuniões de Câmaras Técnicas, o que
514 ultrapassou a quantidade de reuniões obrigatórias, o que caracteriza que o
515 conselho está em plena atividade. Registrou que as principais pautas na
516 Planária foram: análise e aprovação da Resolução CONERH que trata sobre
517 reunião da plenária de forma virtual; Análise e aprovação da resolução
518 CONERH nº 121, de 28 de abril de 2020, que aprovou *ad referendum* as ações
519 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional para Gestão das Águas –
520 PROGESTÃO – 2º Ciclo; Prorrogação do Mandato dos Conselheiros e
521 Membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas, até finalização do processo
522 eleitoral; Análise e aprovação do edital de eleição do CONERH 2020/2024,
523 aprovado pela CTIL, está aprovado, só não foi realizada ainda a eleição por
524 causa da questão da pandemia e as restrições que estão sendo impostas pelo
525 combate a COVID; Apreciação e aprovação do Relatório Anual de Certificação
526 do Alcance das Metas do PROCOMITÊS, referentes ao contrato ANA/ SEMA/
527 INEMA; Apresentação do Quarto Relatório Anual das atividades e situação do
528 atingimento de metas do Programa de Estímulo a Divulgação de Dados de
529 Qualidade de ÁGUA – QUALIÁGUA; Aprovação a Proposta de Enquadramento
530 dos Corpos de Água das Bacias Hidrográficas do Recôncavo sul, produto do
531 Plano de Recursos hídricos; Aprovação da Proposta de Enquadramento dos
532 Corpos de Água das Bacias Hidrográficas do Rio de Contas, produto do Plano
533 de Recursos Hídricos; Atualização sobre desenvolvimento dos trabalhos
534 referentes ao Plano de Bacia do Rio Grande e do Rio Corrente; Apresentação
535 referente ao instrumento de alocação negociada de água em reservatórios;
536 Apresentação e debate sobre tipos de barragens e o relatório de segurança de
537 Barragens da ANA; Aprovação do Quadro de Metas do Progestão II, referente
538 ao novo contrato ANA/ SEMA/ INEMA; Apreciação dos Planos de Aplicação e
539 Capacitação referentes Progestão II; Proposta de adequação da composição



540 do CONERH as alterações presentes na Lei Estadual 14.034/2018, que alterou
541 a política Estadual de Recursos Hídricos; Resolução CONERH, que institui a
542 Câmara Técnica de educação Ambiental, Mobilização Social, e Articulação de
543 Povos e Comunidades Tradicionais e da outras providências; Apresentação do
544 relatório anual da Política Nacional de Segurança de Barragens e atuação
545 estadual; Apresentação da proposta dos Planos de Bacias dos Rios Grande e
546 Corrente; Apresentação sobre enquadramento dos rios das Bacias Recôncavo
547 Sul e Rio de Contas; Apreciação e aprovação do Relatório Anual de
548 Certificação do Alcance das Metas do PROCOMITES, referente a Deliberação
549 02/2019 do CBH Salitre; Proposta de alteração do Decreto nº 12.120 de 11 de
550 maio de 2010, que Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e
551 da outras providências. Também falou das pautas que continuam como
552 prioritárias, a seguir: Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos; Processo
553 eleitoral gestão 2020/ 2022 do CONERH; Nova regionalização das RPGA's;
554 Proposta de criação do Comitê da Bacia do Rio Catolé Grande;
555 Acompanhamento das Metas do Progestão II; Proposta da alteração da
556 Resolução 52/2009 do CONERH; Proposta de alteração das Resoluções
557 55/2009 e 73/2010 do CONERH; Revisão da resolução CONERH 96/2014, que
558 define as diretrizes e critérios gerais para outorga de recursos hídricos na
559 Bahia. Também falou do atendimento de Demandas referente ao Planejamento
560 2019/2020: o edital de eleição suplementar já foi finalizado no âmbito do
561 CONERH; da aprovação quadro de metas do PROCOMITÊS, com
562 acompanhamento anual; que o processo eleitoral assembleia de segmentos foi
563 suspenso e esta aguardando a possibilidade de execução em função do
564 COVID 19; que a revisão da Resolução 52 do CONERH já foi iniciada e que
565 esta aguardando a relatoria dentro da CTIL; a revisão Resolução 55 do
566 CONERH já foi iniciada e esta aguardando relatoria dentro da CTIL; da
567 aprovação do quadro de metas do ProGestão II, com acompanhamento anual;
568 e que a revisão Resolução 96 do CONERH ainda não foi iniciado; a
569 deliberação 01/2018 CBHVJ – cobrança foi iniciado e a CTOC analisou o
570 documento e pontuou questões formais e procedimentais referente a
571 elaboração, esses questionamentos foram encaminhados ao CBHVJ para
572 conhecimento e providências; foi iniciada a elaboração da resolução CONERH
573 que define procedimentos para análise e resolução de conflitos no âmbito do



574 conselho, mas que esta aguardando a relatoria da CTIL; a elaboração
575 resolução CONERH que defina procedimento para enquadramento de pequeno
576 usuário ainda não foi iniciada; que também esta pendente o início dos trabalhos
577 CTEAMS; que foi iniciada a criação do CBH e que esta aguardando
578 cumprimento da etapa audiência pública; e que foi finalizada a apresentação
579 regular dos relatórios de segurança de barragens, que o processo já foi
580 realizado com acompanhamento anual. Avaliou que o CONERH avançou em
581 suas pautas, mesmo com o ano de dificuldades como foi o de 2020 em função
582 da COVID 19. Destacou ainda, uma previsão de reuniões de câmaras técnicas
583 para o período de 2021/2022, já que as plenárias têm um número mais fixo de
584 reuniões, para que se consiga vencer essas pautas que ainda estão pendentes
585 e novas que venham a surgir. Sendo assim, foi previsto 12 Reuniões da CTIL,
586 06 Reuniões da CTOC, 06 reuniões das CTPPP e 04 reuniões da CTEAMS.

587 **Evilásio Fraga - FAEB** disse que como Samir colocou, é uma questão
588 regimental fazer esse balanço e falou da necessidade de terem a definição de
589 datas das 4 reuniões ordinárias de 2021, porque também é uma questão
590 regimental. Destacou que o ano de 2020 foi prorrogado o mandato dos
591 membros dos Comitês de Bacia em função da Pandemia COVID 19 e que isso
592 implica que em 2021 será necessário realizar a eleição para a renovação
593 desses membros, que acredita que são de 12 Comitês, e está preocupado com
594 a questão do planejamento para essa eleição, porque a eleição que se findou
595 agora em 2020 foi prorrogada e foi uma eleição muito conturbada e com muita
596 reclamação das partes envolvidas, houve um atropelamento muito grande.
597 Então, nesse processo de renovação desse mandato que está se encerrando
598 se identificou a necessidade de se revisar a resolução CONERH 52 e 55 e
599 passaram-se praticamente 04 anos discutindo isso e não se tem nenhuma
600 dessas resoluções definidas e tem a previsão de reunião em fevereiro de 2021
601 para retomar essas resoluções. Ressaltou a importância que esse Conselho
602 defina realmente a questão da renovação. Pontuou que existe uma discussão
603 de como fazer as mobilizações, já que não pode fazer reuniões presenciais.
604 Pode-se perceber que as reuniões virtuais são produtivas, então qual vai ser a
605 posição deste Conselho, este vai orientar que se faça mobilização virtualmente
606 ou se ainda estiver essa situação não vai ter eleição mais uma vez e do próprio
607 conselho? Este é um ponto importante que a plenária desse Conselho discuta.



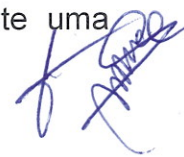
608 Em relação às Câmaras Técnicas tem dois pontos extremamente relevantes: a
609 questão da instalação da Câmara Técnica Recursal, pois tem conflitos de
610 recursos hídricos para serem discutidos, bem como os atos de recursos
611 hídricos que estão sendo encaminhados para o Conselho Estadual de Meio
612 Ambiente quando a legislação diz que a instância recursal para a Legislação de
613 Recursos Hídricos é o CONERH. Pontuou que na lei 11.612 que regulamenta a
614 Política Estadual de Recursos Hídricos estabelece no artigo 46, inciso 24 como
615 atribuição do CONERH decidir em grau de recurso como última instância
616 administrativa sobre as penalidades administrativas impostas pelo Órgão
617 Gestor e Executor da política Estadual de Recursos Hídricos e no mesmo
618 sentido o regimento do CONERH estabelece a mesma redação e a última
619 instância recursal dos atos de recursos hídricos estão indo para o CEPRAM e
620 este Conselho não tem o conhecimento de recursos hídricos, as
621 particularidades e peculiaridades inerentes a recursos hídricos e se não
622 houvesse necessidade da existência dessa instância recursal não estaria na
623 Lei e nem no Regimento. Então coloca isso como uma questão importante,
624 pois a lei não está sendo cumprida e existe inclusive a opinião de pessoas
625 ligadas à área jurídica de que esses atos de Recursos Hídricos que estão
626 sendo encaminhados para o CEPRAM estão passivos de nulidade, porque não
627 esta cumprindo a Lei. Isso pode acarretar na apreciação equivocada desses
628 atos, pois as pessoas não estão familiarizadas com assuntos de recursos
629 hídricos e assim não ter a melhor deliberação e a outra questão é que a ação
630 do próprio Órgão Gestor e Executor aos seus atos inerentes podem ser
631 anulados gerando uma perda significativa de tempo e de trabalho. Diante disso,
632 é muito importante que este Conselho crie a sua câmara recursal e esta
633 câmara passe a apreciar os seus atos. Ressaltou que este assunto deve ser
634 discutido no CONERH, porque está indo com muita frequência e a quantidade
635 cada vez maior de atos de recursos hídricos para a Câmara recursal do
636 CEPRAM e por sua vez para a plenária deste Conselho. Ressaltou que este
637 assunto não é novo, já foi colocado em várias oportunidades, porém não
638 conseguiu dar a devida prioridade a este assunto. Outro ponto refere-se à
639 Revisão da Resolução 96 do CONERH, que é uma resolução que trata dos
640 critérios para outorga, principalmente, nas questões das águas subterrâneas,
641 que foi discutida exaustivamente na Câmara de Outorga e Cobrança, e por



uma decisão na época, o Governo do Estado há época pediu que tudo que se referisse à questão água subterrânea fosse retirado, porque o Governo iria tratar disso via decreto e ficaria para se discutir posteriormente a questão das diretrizes, mas isso não aconteceu. E sinalizou que em especial, no Comitê do Paraguaçu tem acompanhando questão de conflitos em Utinga e no Alto Paraguaçu que tem sido publicado outorgas sem levar em consideração ato de Meio Ambiente. Se a pessoa pede uma autorização de perfuração de poço a 1M da APP, essa autorização e esse poço é outorgado e entende no ponto de recursos hídricos que é preciso discutir melhor este assunto, porque não pode misturar recurso hídrico e meio ambiente, uma coisa é o ato de meio ambiente outra coisa é o ato relativo a recursos hídricos. Inicialmente são esses pontos que entende como relevantes e importantes para serem apreciados pelo CONERH.

Manoel Ailton - Comunidade Quilombola, pontuou que também é representante do CEPRAM e do CONERH e disse que não concorda com a fala do Evilásio quando ele disse que lá no CEPRAM é discutido a questão hídrica dos processos e que os membros não estão alinhados com a questão hídrica e acredita que uma coisa não pode separar da outra, pois até que a política diga que Recursos Hídricos é uma coisa e Meio Ambiente é outra, mas estão totalmente ligados. E se não tratar da questão ambiental, não vai tratar de questão hídrica também, pois uma coisa está atrelada a outra.

Sergio Bastos - COFIC validou as palavras de Evilásio. Perguntou qual seria a pauta prioritária sobre a cobrança pelo uso da água. Disse que não queria polemizar, mas que se fosse pensar assim como Manoel Ailton falou, não tinha conselho nacional de recursos hídricos onde algumas deliberações são tomadas. Disse que não está querendo separar uma coisa da outra, e nem está dizendo que não existe interface entre as duas coisas, o que está sendo colocado é que formalmente existe uma deliberação legal da forma como tem que ser tratado algumas infrações ou conflitos de água no conselho. E quando se falou em cuidar da Portaria de conflito, isso é importantíssimo e irão vir conflitos complexos, mas o que está sendo colocado é formal e legal e sabemos da interface dos dois conselhos e absolutamente não está se pregando a separação dos dois itens que possuem interface. Existe uma



675 questão formal, legal que está prevista em lei e não está sendo cumprida.
676 Desta forma, ou muda a Lei ou se cumpre a lei.

677 **Samir Felipe – SECEX** esclareceu que foi um entendimento do CONERH
678 referente a deliberação do Verde Jacaré.

679 **Miriã Caetano - SECEX** esclareceu que esse assunto em relação à Câmara
680 Técnica Recursal do CONERH foi abordado na Câmara Técnica de Assuntos
681 Jurídicos e Institucional do CONERH, na qual Dra Gertha Almeida da PGE é
682 membro e foi colocada nesta ocasião a exposição para apreciar essa matéria e
683 assim foi combinado que seria feito a instrução do processo administrativo que
684 seria encaminhado para a PGE, com dados, informações e inclusive anexando
685 um processo concreto para servir de exemplo para que a Dra Gertha se
686 debruce sobre a matéria e assim a examinar legalmente a possibilidade de
687 atender a essa demanda. De qualquer sorte esses dois pontos ressaltados por
688 Evilásio estão registrados e entende que estes complementam aqueles pontos
689 que já estão no planejamento 2019/2020 que foi trazido aqui como não
690 atendidos e já passa a entregar o planejamento 2020/2021.

691 **Renato Andrade - CREA** solicitou que encaminhe para todos os conselheiros
692 a apresentação do balanço de atividades do CONERH. Pontuou que tudo que
693 é divergente do ponto de vista da interpretação da legislação tem que ser
694 dirimido, pois se existe uma legislação que estabelece a análise recursal pelo
695 CONERH e isso está indo para outro Conselho, deve ser analisado, até para
696 não gerar uma inconsistência jurídica para o próprio Estado. Então, isso tem
697 que ser resolvido e colocado como prioridade. Lembrou dos conflitos da Bacia
698 do Itapicuru, sobre o cancelamento de outorga por parte dos Comitês que o
699 Conselho ficou de elaborar uma instrução para orientar os Comitês a tomar
700 decisões em primeira instância e quais elementos técnicos necessários. Isso
701 parece que não foi adiante e é importante colocar isso na pauta também.

702 **Evilásio Fraga - FAEB** esclareceu a colocação de Manoel Ailton e pontuou
703 que não está fazendo distinção entre Meio Ambiente e Recursos Hídricos, mas
704 que está chamando atenção que tem determinados aspectos que são
705 abordados na Lei de Recurso Hídrico, então se tem ato que o Estado concede
706 que é de Recurso Hídrico e se tem ato que o Estado concede que é de Meio
707 Ambiente. Aquele ato que o Estado concede que é de Recurso Hídrico, a lei diz
708 que a instância recursal é o CONERH e o ato de Meio Ambiente é do



709 CEPRAM. Recentemente foi apreciado no CEPRAM a questão relativa a
710 enquadramento de corpos hídricos e foi uma discussão muito produtiva,
711 inclusive também foi pata CTPPDS/CEPRAM, e conseguiu definir melhor a
712 competência que é de Recurso Hídrico e a competência que é relativa a meio
713 ambiente. Então é necessário dar clareza, para dar segurança para o
714 empreendedor e para o Estado e para que os atos do Estado no futuro não
715 possam ser questionados por nulidade e se perca todo o trabalho que foi
716 desenvolvido. Deu como exemplo prático que quando vai perfurar um poço
717 tubular a primeira providência é pedir uma autorização de perfuração de poço e
718 essa autorização é um ato ambiental e depois ele entra com o pedido de uso
719 da água e esse se refere a um pedido de outorga ou de dispensa de outorga
720 em função da vazão que ele vai ser usado naquele poço e isso se constitui em
721 um ato de recursos hídricos. Ressaltou que em vários momentos isso acontece
722 na lei e pontuou que não está pregando separação, só está falando que existe
723 atos distintos previstos em lei, então ou muda a lei ou cumpre a lei.

724 **Miriã Caetano – SECEX** esclareceu que relação a questão dos Comitês, não
725 se tinha uma previsão e a CGDIS/INEMA que tem a relação próxima com os
726 Comitês, aqui no CONERH o que se acompanhou foi à resolução e em relação
727 ao mandato dos Conselheiros seria prorrogado até que se concluísse o período
728 eleitoral. Já em relação aos Comitês que saiu daqui do CONERH uma decisão,
729 inclusive contrária a sugestão que era também acompanhasse o que foi
730 deliberado para os Conselheiros do CONERH, no entanto os comitês
731 trouxeram através do FCBH e dos seus representantes o pedido que a
732 resolução atendesse a situação fática, cada comitê faria então sua renovação a
733 partir da sua deliberação e assim o Conselho acatou a solicitação e a resolução
734 saiu nesses termos. Esclareceu, porém que já se previa que seria complicado
735 um período eleitoral diante de um cenário de pandemia, inclusive teve comitê
736 que estabeleceu 12 meses achando que seria um prazo razoável e com
737 certeza saberia que voltaria a discutir aqui, mas aproveitou para pedir a DRA.
738 Gertha Almeida – PGE para falar desse ponto da Câmara Técnica Recursal.

739 **Guertha Almeida – PGE** informou que na última reunião da CTIL Evilásio
740 reportou essa situação que ele havia identificado e sugeriu que essa discussão
741 seja levada inicialmente para próxima reunião da CTIL para que seja feita uma
742 análise, quem estabelece as infrações e as competências é a própria lei e que



isso tem que ser verificado porque é uma questão bem relevante, para evitar qualquer tipo de alegação e nulidade das decisões do CEPRAM em relação a esta matéria que envolve recursos hídricos e que é uma questão prioritária mesmo. Diante disso, propôs como sugestão pegar as duas leis de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, as normas seguintes infra legais e fazer toda análise legislativa e isso se dará no âmbito da CTIL e inclusive se colocou a disposição para ficar como relatora e na próxima reunião do CONERH volta como item de pauta para a deliberação.

Sergio Bastos - COFIC pontuou que estava lembrando desse debate da ultima reunião, mas isso em termos de tempo, só vai voltar a ter uma reunião da CTIL em fevereiro e iria começar a fazer o debate que leve mais de uma reunião sobre essa questão e depois isso teria que ir a partir de março para o CONERH e efetivamente isso se alteraria. Nesse caso como uma medida preventiva não seria o caso se tiver novos processos existentes de recursos hídricos segurar um pouco antes de dar segmento a isso?

Guertha Almeida - PGE sugeriu como outra opção encaminhar para a PGE para o Núcleo de Patrimônio e Meio Ambiente uma consulta, porque assim a PGE emite um parecer já analisando e em uma próxima reunião da CTIL marcada para fevereiro já apresentaria essa análise para discussão.

Miriã Caetano - SECEX informou que será feita a instrução do processo e será encaminhado para a análise da PGE, com o subsídio das informações e a cópia do processo em questão para servir de exemplo.

Miguel Polino - Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas /Bahia pontuou que o conflito todo no Comitê do Recôncavo Norte é que o comitê tem a mesma presidência desde 2016 e isso não é salutar para nenhum comitê. Ressaltou que o próprio comitê pode resolver esse conflito, porque a Política Nacional de Recursos Hídricos é bastante clara nisso, o comitê tem autoridade para resolver esse conflito dentro do comitê e esse conflito foi levado ao CONERH, porque precisamente os interessados se sentem amparados por seus parceiros de segmento. Então não acha justo que o representante dos segmentos de usuários e irrigantes fique passando propostas para a PGE. Afirmou que a sociedade civil não é atendida pelo INEMA.



776 **Miriã Caetano – SECEX** esclareceu que o que está sendo encaminhado para
777 a PGE é especificamente, a análise da questão da criação da Câmara Técnica
778 Recursal do CONERH que está prevista na legislação, no regimento do
779 Conselho e foi reforçada essa necessidade em relação a esse ponto.

780 **Evilásio Fraga - FAEB** reforçou a colocação de Sérgio e informou que existem
781 processos de recursos hídricos que estão na Câmara Recursal do CEPRAM e
782 que estão na pauta da Plenária do CEPRAM. Pontuou que sim é passível de
783 questionamento se não estiver cumprindo o rito. Diante disso, não seria melhor
784 suspender isso e qual seria o entendimento deste Conselho é encaminhar no
785 sentido de que esses processos sejam suspensos até que se tenha uma
786 resposta da PGE? A outra questão é com relação à própria eleição sobre a
787 eleição, o Comitê do Paraguaçu deliberou até antes da resolução do CONERH
788 sobre a prorrogação, de que se deliberasse a prorrogação pelo prazo de um
789 ano encaminhou que prorrogasse o mandato por 1 ano, então isso significa que
790 precisa iniciar o processo eleitoral e a pergunta é via ser estabelecido um
791 calendário de mobilização virtual ou presencial. Ressaltou que a preocupação é
792 com as coisas não serem atropeladas quando for retomado em março sem ter
793 essa orientação. Pontuou que ficou animado quando o pessoal da Diretoria de
794 Águas e Monitoramento do INEMA disse que está conseguindo fazer essas
795 reuniões virtuais de mobilização do plano de bacia que é uma coisa muito
796 parecida com mobilização para a eleição. Porque se a orientação for nesse
797 sentido, é passar essa orientação para a CGDIS/INEMA e a coordenação
798 trabalhar nesse sentido, porque se for esperar só março para começar a
799 trabalhar, fica preocupado com a questão do prazo e ficar atropelado ou então
800 mais uma vez entrar com pedido de prorrogação de mandato.

801 **Thamires Gomes - CGDIS/INEMA** informou que ainda não foi discutido como
802 será o procedimento do processo eleitoral, até porque ainda está muito incerto
803 em função da Pandemia COVID 19 e devido as reuniões de comitês até
804 dezembro, a coordenação não parou para discutir os procedimentos, se ia ter
805 vacina, se a questão da pandemia ia estar mais controlada, então isso está
806 para ser discutido agora no final do ano com Márcia Telles – Diretora
807 Geral/INEMA como se dará esse processo, buscando a melhor forma possível
808 para os comitês para haver uma oxigenação e renovação como está previsto



809 na legislação. Quando esta decisão for finalizada com a Diretoria os primeiros a
810 serem informados serão os comitês e o CONERH.

811 **Miguel Polino - Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de**
812 **Freitas /Bahia** ressaltou que o INEMA é Secretária executiva, não tem que
813 decidir nada e sim acatar o que o comitê está deliberando democraticamente
814 na plenária, isso tem que ficar bem claro, isso está escrito na lei.

815 **Manoel Ailton – Comunidade Quilombola** pontuou que concorda plenamente
816 com Miguel e que membros do comitê estejam participando dessa reunião para
817 conduzir esse processo on - line para fazer mobilização. Ressaltou que antes
818 mesmo presencialmente, existiam falhas no processo, inclusive no comitê do
819 salitre já teve intervenção do Ministério Público para fazer outra eleição por
820 conta da lisura do processo. Então é necessária essa aproximação com o
821 comitê e formar uma comissão para decidir como será a eleição, porque está
822 se passando por uma situação que ninguém previa.

823 **Miriã Caetano da Silva –** destacou que ficou muito claro que a CGDIS está em
824 um momento interno de análise e apreciação de consideração da situação
825 atual para se planejar para 2021. Não ouviu hora nenhuma Thamires falar que
826 não compartilharia isso para os comitês, ao contrário é natural que se faça
827 primeiro um diálogo interno, para depois se discutir como vai ser por meio dos
828 comitês.

829 **Thamires Gomes – CGDIS /INEMA** esclareceu inclusive em nenhum momento
830 isso foi discutido no âmbito dos comitês, durante as últimas reuniões desse
831 ano, então vem sendo feita uma avaliação dentro da CGDIS, junto com a
832 Diretoria geral do INEMA de como será esse procedimento, em nenhum
833 momento foi falado que vai deixar o comitê alheio à situação e claro que vai
834 existir uma discussão com os comitês.

835 **Miriã Caetano – SECEX** pontuou que a SECEX previa início do ano com
836 reuniões de Câmaras Técnicas, até porque houve antecipação do orçamento
837 2020, dando condições de trazer sociedade civil para as reuniões das Câmaras
838 Técnicas em Salvador e assim foi feito. Início de fevereiro tiveram algumas
839 reuniões, porém tudo foi atropelado pela pandemia e por essa razão a SECEX
840 está se programando da mesma forma para fevereiro de 2021 retomar câmaras
841 técnicas, muitas já estão com pontos para serem apreciados pela plenária e em
842 março se faria a primeira reunião plenária do Conselho, sugeriu como sugestão



da terceira quinta feira, sendo a proposta de data para dia 18/03, aí se trabalharia em fevereiro as câmaras tem a facilidade de a convocação ser 15 dias antes e permite trabalhar fevereiro e fazer a convocação com pontos já discutidos em Câmaras técnicas. Miriã perguntou se todos concordam com a data, porém alguns Conselheiros solicitaram que fosse dia 11/03 e os demais concordaram. Finalizou agradecendo aos conselheiros e pontuou que a SECEX só existe porque os Conselhos existem e a SECEX está aqui para subsidiá- los e ajudá – los. Agradeceu ainda a relação nesse ano tão complicado, as equipes técnicas que tiveram aqui no Conselho e nas câmaras técnicas e dizer que é sempre muito bom quando tem a presença dos técnicos para fazerem as apresentações; a equipe da SECEX Samir e Marília, assim como também Lucineide, Taiane, Karelly.

João Carlos Oliveira da Silva - Secretário SEMA agradeceu a presença de todos e imaginando todo esse processo do CONERH e como é um aprendizado fantástico tanto do processo democrático, do ouvir, do técnico, portanto as reuniões do Conselho é um enriquecimento em vários aspectos. Agradeceu também a equipe SECEX em nome de Miriã que tem sido dedicada com as dificuldades apresentadas neste cenário, mas foram bastante efetivas as reuniões dos colegiados. Desejou a todos um Feliz Natal e um Ano Novo de muitos sonhos, esperança e fé, pois não está fácil quando pensa que esse cenário da pandemia diminuiu a incidência, depois aumenta novamente e isso é extremamente preocupante. Pontuou que em 2021 possa avançar mais e fazer inclusive as reuniões presenciais para que se possa cumprimentar e abraçar. Finalizou agradecendo a compreensão e a dedicação que todos colocaram em prol do meio ambiente e ressaltou mais um exemplo que meio ambiente é construção coletiva e sem a participação efetiva de cada um de vocês não teria avançado neste ano de 2020. A reunião foi encerrada. Esta ata será assinada pelo Presidente do CONERH e pela Secretária Executiva.

Presidente: João Carlos Oliveira da Silva

Secretária Executiva: Miriã Caetano da Silva

Membros:

Eduardo Topázio – INEMA

- 877 Bruno Jardim – INEMA
- 878 Ericka Martins - SESAB
- 879 Sahada JosephinaLuedy - SECTI
- 880 Ana Livia Cunha Guimarães – SEDUR
- 881 Gertha Almeida - PGE
- 882 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH
- 883 Silvio Santos - FBCBH
- 884 Demósthene Miranda Filho – CETREL
- 885 Sérgio Hortélio – Braskem
- 886 Evilásio Fraga - FAEB
- 887 Sérgio Almeida Bastos – COFIC
- 888 Adalberto Sanches - BAHIA SPECIALTY CELLULOSE (BSC)
- 889 Bruno Cardoso – ARATU MINERAÇÃO LTDA
- 890 Manoel Ailton Carvalho – Comunidade Quilombola
- 891 Miguel Polino - CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM
- 892 LAURO DE FREITAS /BAHIA
- 893 Jorge Luiz Farias – ABENFAC
- 894 Renato Andrade – CREA/BA